

ESTADO E PODER NO NORDESTE (1930-1937): PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA, PERSPECTIVAS DE ANÁLISE, PONTOS E QUESTÕES

Martinho Guedes dos Santos Neto¹³⁵
Doutorando em História/UFPE

Resumo

Esse artigo procura pontuar e discutir a história política do período de 1930 – 1937 no Nordeste e suas relações com o Sudeste do Brasil. O redimensionamento da história política imbricada com a história cultural em suas possibilidades, de modo a considerar a utilização das culturas políticas do poder. O lugar do Nordeste no jogo de poder composto por Getúlio Vargas, apontando algumas possibilidades de pesquisa histórica, considerando a centralização negociada do Estado brasileiro no pós-1930 e os interesses regionais.

Palavras-chave: Nordeste; poder; 1930 – 1937.

Abstract

This article tries to highlight and discuss the political history of the period 1930 - 1937 in the Northeast and its relations with the Southeast of Brazil. Resizing political history intertwined with the cultural history in its possibilities, to consider the use of political cultures of power. The place of the Northeast on the power play composed of Getúlio Vargas, pointing out some possibilities for historical research, given the centralization of the Brazilian state negotiated in the post-1930 and regional interests.

Keywords: Northeast; power, from 1930 to 1937.

¹³⁵ Doutorando em História sob a orientação da professora Dr^a. Maria do Socorro Ferraz Barbosa com o apoio do CNPq. Atualmente o autor atua como prof. de História da Universidade Estadual da Paraíba - campus III.

Pontuando questões: História Política X História Cultural

Tecer considerações sobre a história política e a história cultural na historiografia brasileira recente não é tarefa fácil. Isso porque o contato entre essas duas áreas de pesquisa histórica implica em uma reelaboração criteriosa de temas políticos e sociais largamente consolidados não só em análises, mas também, em pesquisas acadêmicas e trabalhos que convergem para a formação de um conceitual teórico que, em tese, não estão muito próximos. E ainda, na incorporação de novas metodologias e novos objetos de estudo mais complexos e redimensionados para além da perspectiva político-estatal ou estreitamente social, cujas proposições de pesquisa constroem um conjunto conceitual denominado de culturas políticas.

Em uma margem da produção do conhecimento histórico temos a história política ou a “velha história política” que ao longo do século XIX e início do XX esteve restringida, quase totalmente, a história militar ou a história dos vultos e heróis, cuja dimensão política foi compreendida a partir do Estado; essa “velha história política” se consolidou como base explicativa do social, porém, fora dele. Na outra margem, a história cultural esteve sempre marginalizada sem um estatuto teórico suficientemente forte dentro da ciência histórica, os estudos de caso, as dimensões de sociabilidade e os aspectos culturais de um grupo ou povo caracterizavam muito mais os estudos da sociologia e da antropologia do que da política.

No início do século XX, precisamente, com a fundação da Revista dos Annales na França em 1929, críticas sistemáticas foram direcionadas a história tradicional. O paradigma estruturalista que “*tratava de identificar as estruturas e as relações independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos que comandava os mecanismos econômicos, organizava as relações sociais e engendrava as formas do discurso*”¹³⁶; e o paradigma marxista que tinha o

¹³⁶ CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas desafios e propostas. IN: *revista de Estudos*

“econômico como o elemento determinante e definidor das relações de produção, chave fundamental para a análise e compreensão das relações entre os homens no interior da sociedade não satisfazia a complexidade da globalização político-cultural, novas questões emergiram e novas dimensões explicativas necessitavam de novos arcabouços teóricos”.¹³⁷

Daí que, novos objetos de estudos foram incorporados aos interesses dos historiadores (as relações sociais, a família, a parentela, as estratégias), tais objetos ampliaram o universo das fontes históricas de modo a considerar que, na pesquisa, o historiador pode buscar qualquer registro do passado que fale ao seu objeto de estudo. Sendo assim, a história iniciou a revolução dos seus paradigmas saindo do patamar estruturalista e galileano de explicação para novos territórios explicativos sem compartimentação. O coletivo, as redes de relações, os indivíduos e as situações vividas permitiram aos estudos históricos elaborar explicações reais, palpáveis e facilmente identificáveis com a realidade social; bem como o diálogo interdisciplinar, considerando os limites de cada ciência, entre a história/sociologia/ antropologia/ economia/política teve como fruto uma legião de historiadores culturais que redimensionaram os rumos da pesquisa histórica.

No Brasil, a história política seguiu a tradição historiográfica das narrativas político-administrativas¹³⁸ e econômico-social¹³⁹ voltada para as estruturas, com a produção de modelos “únicos” de explicação política, ou seja, a história política brasileira se consolidou, até meados dos anos 1970, com uma produção unilateral de explicação onde as

Históricos: CPDOC 20 anos. Vol. 7, nº 13. Rio de Janeiro, 1994, p. 1.

¹³⁷ SOIHET, Rachel. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Org). *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro, Mauad, 2005, p. 10.

¹³⁸ Com este modelo de narrativa histórica podemos citar alguns trabalhos como os de Edgard Carone (1973), Helio Silva (1966), por exemplo.

¹³⁹ Hélio Jaguaribe (1962), Celso Furtado (1977) e Florestan Fernandes (1976) são alguns dos autores, não necessariamente historiadores, que tiveram suas obras marcadas pelos projetos políticos dos anos 70 e 80 em uma perspectiva desenvolvimentista e econômico-social.

análises partiam sempre da esfera estatal, os modelos de ação política foram postos pelo Estado de cima para baixo de modo a desconsiderar o jogo político e seus diversos atores sociais.

Ao passo que a história cultural, se pensada enquanto matriz teórico-metodológica de pesquisa para a história política tem uma produção pouco significativa; as representações do social não se constituíram como base dos estudos políticos no Brasil antes de 1980 e também, não se percebeu, nesses estudos, a produção das estratégias e práticas de dominação elaborada entre os atores da chamada “grande política nacional”.

Com o desprestígio das abordagens culturais as pesquisas de história política foram conduzidas para a ótica explicativa personificada e, em primeira análise, serviram de marcos interpretativos. Seguindo essa lógica a história política brasileira, considerando o período republicano, estruturou dois momentos de análise, o primeiro caracterizado por uma sistematização da esfera do poder com base na dualidade público/privado e o segundo, estruturado na dualidade ideologia/clientelismo como pontos fundadores da burocracia estatal. Dito de outra forma, entre os anos de 1950/1960 os estudos de história política postularam uma sociedade fraca e pouco representativa diante de um Estado que as cooptavam por meio do clientelismo ou do populismo e, portanto, foram construídas análises centradas em um sistema político particularizado, sem a dinâmica social¹⁴⁰.

Em um segundo momento, a partir dos anos de 1980, com a aproximação crescente da história com a ciência política e a sociologia, os novos estudos políticos se, e somente se conservou a característica personalista, incorporaram novas abordagens metodológicas. O político, a classe trabalhadora, o partido, os mitos e as ideologias complementaram os temas do poder na nossa

¹⁴⁰ Como por exemplo, os trabalhos de Raimundo Faoro (4ª ed, 1977), Victor Nunes Leal (1949), Octávio Ianni (1967) e Francisco Weffort (1973).

historiografia de modo que emergiu uma “nova história política”. Isso não quer dizer que houve uma diluição ou fragmentação dos temas políticos, pelo contrário, a revisitação a esses temas trouxe complexificação a antigas análises e reelaborou teses que até então rezavam pelo estatuto do poder estatal.

Ainda nesse segundo momento a história política, ao renegar o paradigma estruturalista, procurou desvendar as lutas e as representações sociais na tentativa de entender os mecanismos pelo qual um determinado grupo impôs ou tentou impor sua concepção de mundo social, e o entendimento dos aspectos culturais do contexto sócio-político apreendeu de forma mais substantiva o real.

O que de fato aconteceu foi o que eu chamaria de “imbricamento teórico-conceitual” entre a história política e a história cultural. Apoiada em três orientações teórico-metodológica que se explicam tanto politicamente quanto culturalmente, a nova história política propôs o redimensionamento dos estudos do poder em sua complexa rede sócio-político-cultural, sendo assim: 1 – a nova história política tem fronteiras flexíveis dentro da realidade social, de modo que, o poder não fala por si só, mas, está inserido no contexto sócio-cultural; 2 – a nova história política privilegia o acontecimento político em sua significação vivenciada e atribuída por seus contemporâneos na dialética memória-história; 3 – a nova história política incorpora novos objetos e metodologias (história oral) que vão além do campo estrutural o que a aproxima dos trabalhos dos cientistas sociais e políticos¹⁴¹.

Discutindo as Culturas Políticas

No que diz respeito à aproximação entre a história política e a história cultural, considerando o que foi dito anteriormente, não

¹⁴¹ Essas considerações têm base nas reflexões de – GOMES, Angela de Castro. Política: história ciência, cultura etc. IN: *Revista de Estudos Históricos*: historiografia. nº 17. Rio de Janeiro, 1996/1, p. 7.

se deu ao acaso. A crítica dos Annales¹⁴², e trabalhos como o de Clifford Geertz (1989)¹⁴³, Roger Chartier (1990) e E. p. Thompson (1987) à história estruturalista, gradativamente, favoreceram a consolidação de um novo campo de estudo: o das culturas políticas. Contudo, é importante entender que os estudos de culturas políticas resultaram de deslocamentos de temas construídos a partir das formulações teóricas desses e outros autores, não se trata de uma consequência, tais deslocamentos foram concretizados na medida em que novos objetos de análise foram incorporados à pesquisa histórica e, conseqüentemente, a aproximação dos historiadores com os cientistas sociais e políticos.

Tratou-se de entender a cultura não apenas como um conjunto de crenças, ritos, costumes e ações, mas, a cultura em suas redes de convivência social e “*as percepções do social como estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por eles (grupo dominante) menosprezados*”¹⁴⁴. Para os historiadores culturais não se tem como objetivo estudar, restritivamente, o campo das ideias ou das mentalidades, mas, entender o jogo social em uma abrangência bem maior que o imaginário daqueles que compõem a sociedade, insistiu-se em investigar a teia cultural nos patamares da divisão de poder – quem domina e quem é dominado; nessa

¹⁴² Um dos primeiros estudos que podem ser citados é o de BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993. Este se constitui como uma das primeiras experiências de se fazer uma história política não compartimentada; as dimensões do cultural e da construção do mito real articulado com o imaginário social nos fornecem uma ideia do poder em sua totalidade e implicações.

¹⁴³ A interpretação das culturas, de Geertz, talvez tenha sido o estudo mais discutido pelos historiadores, enquanto método de estudo, nas décadas de 1960 e 1970. Seu estudo revigora a cultura como sistema simbólico por meio do que ele chamou de “descrição densa” tendo como características a interpretação, o entendimento do fluxo social fixado no discurso e a análise microscópica. Contudo, as proposições de Geertz, de modo cauteloso, trouxeram questionamentos que, ao longo do tempo redimensionaram a inserção do social pelos historiadores.

¹⁴⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17 (grifo nosso).

perspectiva, a amplitude do campo de estudo poderia levar a algumas aventuras, como a de se fazer uma história totalizante do social, entretanto, para uma grande maioria dos historiadores culturais isso tem sido evitado.

As percepções culturais investigadas a partir do poder têm obtidos resultados significativos e, alguns conceitos emergem como base desses estudos. Um exemplo é o conceito de “circularidade cultural” utilizado por Carlo Ginzburg (1996). Para o autor de *O queijo e os Vermes*, a teia cultural que envolve as relações entre dominantes e dominados não se revela em sua totalidade, nessas duas esferas sociais, o que ocorre é que cada grupo absorve ou rejeita aquilo que convém aos seu *status* social utilizando-o como estratégias de negociação, imposição ou aproximação quando convém.

Daí que, partindo do conceito de circularidade cultural, novas dimensões do político podem ser apreendidas e uma cultura política do poder pode emergir da oposição entre a cultura letrada (classe dominante) e a cultura popular (classe dominada). É claro que Ginzburg não pensou o conceito de circularidade cultural em associação com o de culturas políticas, mas, se pensarmos nas transformações conceituais da “nova história política”, ou seja, as estratégias de negociação, as resistências e os meandros da disputa política, aquele conceito pode ser considerado.

Outro conceito que possibilitou aos historiadores uma renovação nas abordagens da história cultural canalizada para a história política foi o de “representação, prática, e apropriação” formulado por Roger Chartier¹⁴⁵. Para esse autor a história cultural deve,

“... pensar, indissociavelmente, a diferença pela qual todas as sociedades, por meios de figuras variáveis, separam do cotidiano um domínio particular da atividade humana e as dependências que inscrevem de

¹⁴⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 27-28. Op. Cit.

múltiplas maneiras a invenção estética e intelectual em suas condições de possibilidade. Reancorada assim firmemente nas ciências sociais, a história nem por isso deve evitar o desafio: superar o confronto, no fim estéril, entre, de um lado, o estudo das posições e das relações e, de outro, a análise das ações e das interações”¹⁴⁶.

A superação do confronto a que se refere Chartier colocou em discussão o estudo de uma história cultural sem a distinção entre erudito e popular, mas, por meio de uma representação definida pela apropriação (discurso, modelo, concepção ideológica) e pela prática social no interior de uma sociedade. Ou seja, não é na troca de elementos culturais entre o letrado e o popular que se pode perceber as culturas políticas, mas nas representações que se constrói de uma prática política e o modo como tais representações são apropriadas por aqueles que estão fora do universo político. A percepção do fazer política, portanto, pode propor regras, contudo, a prática da política é percebida de acordo com os interesses dos grupos do poder.

Com uma visão completamente diferenciada das descritas até agora, E. p. Thompson (1998) abriu, a partir do marxismo, a percepção de cultura¹⁴⁷ como dimensão fundamental de luta e tensão. O conceito de classe social é definido não pelo local que o sujeito ocupa nas relações de produção, mas pelo acesso que o indivíduo teve a determinados valores que, em conjunto resulta na sua experiência.

Portanto, para o autor, a categoria experiência revela-se como central. É somente através da experiência que o indivíduo

¹⁴⁶ CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas desafios e propostas*, p. 107. Op. Cit.

¹⁴⁷ No que se refere ao conceito de cultura, Thompson adverte que: “...não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume sob formas específicas das relações sociais e de trabalho”. Ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

desenvolve e incorpora valores que não podem ser compreendidos apenas como uma imposição, mas como criação, subjetivação e/ou ressignificação; o que dar origem a consciência de classe definida, segundo Thompson, como sendo “...a maneira pela qual essas experiências (de relações produtivas) são manipuladas em termos culturais, incorporadas em tradições, sistema de valores, idéias...”¹⁴⁸.

Seguindo a proposta de Thompson, os estudos culturais enveredados pela história política remetem a um diálogo permanente com as estruturas do poder, em um movimento constante de trocas, sem imposições e caracterizado pela experiência contida no interior do contexto socio-político.

“Circularidade cultural”, “representação, prática e apropriação” e a “categoria experiência de classe” são alguns conceitos que tiveram maior repercussão entre os historiadores brasileiros, principalmente a partir dos anos de 1980. Esse novo arcabouço teórico trouxe para a nossa historiografia novos temas e novas abordagens de estudo consolidada com a predominância de algumas categorias: gênero, etnia, família, história das mulheres e culturas políticas.

Considerando esta última categoria, culturas políticas, os historiadores a definiram como:

“Um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração”.¹⁴⁹

¹⁴⁸ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9. (grifo nosso).

¹⁴⁹ SOIHET, Rachel. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*, p. 31. Op. Cit.

Sendo assim, nós historiadores redimensionamos os estudos dos temas políticos e estabelecemos um diálogo entre as estruturas (Estado, instituições) e as representações sociais (partidos, igreja, parentela), e desse diálogo, novos questionamentos deram origem a novas problematizações e a necessidade de aprofundamento de alguns objetos de estudos dos historiadores de história política e cultural.

Todo esse “novo” conjunto conceitual não implica em descartar o que a história política produziu ou colocou como tese explicativa de determinados momentos históricos, mas, rediscuti-los e redimensioná-los nas ações dos agentes do poder. O Estado é apenas um dos lugares de expressão do poder, as circunstâncias do poder e a consolidação do poder ultrapassam as ações desse Estado; é necessário construir sentidos e aceitação para a dominação de um determinado grupo, ao passo que, definir os territórios de poder dos grupos do poder e seus lugares de atuação.

Estado e Poder no Nordeste (1930-1937): Pontos e Questões

Um bom exemplo na historiografia brasileira que podemos considerar como pouco aprofundado e ainda por ser estudado para além das ações do Estado, é o período compreendido entre 1930 – 1937 (Governo Provisório de Getúlio Vargas). Numa conceituação panorâmica, este período é considerado pouco expressivo ou pouco significativo, haja vista a variedade temática que atrai os historiadores da Era Vargas. Talvez porque as atenções dedicadas a Era Vargas tenham sido pautadas em uma crise política cujo fundamento é a burocracia estatal, tida como ferramenta propícia de mudanças e profícua para ser estudada.

É do Estado que parte a centralização, é o Estado que conduz o sistema político pós-30, é o Estado que se configura como ditatorial e é o Estado que controla os trabalhadores e os partidos; com essa

“super valorização” estatal tornou-se quase consequente pensar a partir do corpo do Estado. Mas, como considerar um “super Estado” a partir de outubro de 1930 se a história política brasileira esteve, até então, sob o controle dos currais eleitorais nitidamente fragmentadas na influência das localidades?

Seria o caso de recorrermos a explicações consolidadas como a tese do Estado de Compromisso¹⁵⁰ que aponta para um vazio de poder deixado pelas classes diligentes de 1930? Ou a tese da emergência de um Estado burguês¹⁵¹ que organiza, de um modo particular, a dominação de classe e favorece a hegemonia da classe dominante com uma política de ordem? Qualquer que seja a opção estamos explicando a “revolução” de 1930 a partir da emergência de um Estado forte. E essa não é a ótica que propõe a primeira questão levantada.

A emergência de um Estado forte esteve intimamente relacionada aos jogos do poder, aos interesses, aos conchavos e manobras políticas. 1930 foi explicado em qualquer que seja a vertente teórica; o que não se explicou, ainda, foram os meandros da consolidação deste Estado construído entre 1930 – 1937; em termos de desdobramentos políticos esse período assumiu uma forma plural de questões que só podem ser entendidas sem a compartimentação estruturalista, mas, a partir das culturas políticas estabelecidas nos espaços de ação desse “novo” Estado que emerge a partir da “Revolução de 1930”.

Foi nesse momento que se estabeleceu um confronto entre o fazer política no pré-1930 e o fazer política depois de 1930, o clientelismo que comandou o cenário político até então não se bastou frente ao discurso de moralização e desenvolvimento que

¹⁵⁰ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁵¹ SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas – SP: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 77-86.

redesenhou o jogo do poder. A constitucionalização, que parece ter sido a pedra de toque do período, tornou explícito o confronto entre aqueles que fizeram 1930, e mais explícito ainda o intenso jogo de manobras e negociações que objetivou a tomada do poder. No momento citado, ideologias e projetos políticos conflitantes conviveram lado a lado, Tenentes, classes médias, burguesia nacional e oligarquias defenderam seus interesses orientados por uma única diretriz: manter-se no poder ou conquistar o seu espaço no poder.

Ao que parece, driblar esta pluralidade de interesses só foi possível a partir dois planos de ação política: Primeiro o da centralização administrativa direcionada aos setores urbanos. Nessa frente têm-se a nomeação dos interventores e a criação do chamado Vice-Reinado do norte, ambos com o propósito de “controlar e moralizar” a política dos estados da federação. Tal iniciativa deu ao governo provisório de Vargas uma ampla visão do cenário político nacional, o que possibilitou a criação de uma rede de influência que, ora se impunha pela força com a desestruturação de grupos oligárquicos, ora se compunham com estes grupos; ainda com esse plano de ação, o controle das massas urbanas (operários e sindicatos) foi concretizada pela repressão e a concessão de benefícios à classe trabalhadora (férias, jornada de oito horas, etc).

No segundo plano de ação política, Vargas deixou intocável a estrutura agrária dos estados, porém, aos poucos minou essa estrutura com o apoio dos interventores, que se configurava como “...o elemento central para a garantia da consecução e do sucesso do projeto político. A esta nova figura da administração estadual era atribuída a tarefa de arregimentação e unificação das forças políticas estaduais, bem como sua integração a nível federal.”¹⁵².

¹⁵² GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). IN: *História Geral da Civilização Brasileira – III. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*, vol. 10. Rio de Janeiro: DIFEL, 1986, p. 30.

Ou seja, coube aos interventores expurgar, gradativamente, os privilégios dos senhores rurais em um processo de centralização de recursos ou de concessão de favores. Daí que, se nesse plano de ação, Vargas abriu um canal de negociação e arregimentação por um lado, por outro as elites estaduais construíram sua rede de influência nas hostes burocráticas do Estado.

A partir dessas linhas de ação podemos entender o governo provisório de Vargas como um período de centralização negociada cuja emergência de um Estado forte só se configurou, de fato, por meio de um intenso jogo de articulações, inclusive com os setores sociais que, em última instância o legitimou. Portanto, ao sair da análise estrutural da “História dos Feitos do poder” para uma história plural dos acontecimentos do pós-30, sem reescrever ou discordar das análises deste momento histórico, o que se pretende é entender esse período não apenas na visão governo-oposição, mas, a partir de uma análise que consiga enxergar os outros setores do contexto sócio-político daquele momento histórico (operários, trabalhadores rurais, mulheres, entre outros).

Talvez ainda não se possa estabelecer um diálogo denso e substancial entre os grupos citados pela escassa produção historiográfica, mas, com certeza, um diálogo entre os grupos políticos deste período é possível. Ao entendermos que este período foi o momento de um processo de centralização negociada, o recorte (1930 – 1937) pode se configurar como um dos momentos da nossa história em que se consiga perceber, claramente, a dinâmica do jogo político do poder e a permanência ou não de uma cultura do poder que tem como marco o antes e o depois de 1930. Daí a preocupação em entender a produção discursiva que permeou, no nosso caso, os estudos do pós-1930 e,

“... reposicioná-lo com relação a seus temas e objetos de análise. Procedimento que não vai na direção de reinterpretar o dito e o já sabido, mas de redefinir uma estratégia diferente tanto da produção acadêmica

como das relações desta com as demandas de poder inerentes aos discursos que suportam práticas sociais. Momento de desmontagem de um dispositivo ideológico que subtraía na teoria o lugar de produção deste discurso – o universo do saber dominante – e que dava a ele o estatuto de objetividade exigido pela estratégia de seu enunciado.”¹⁵³

Ao atentarmos para as questões já discutidas, o que se pode perceber é que as respostas ainda estão por serem apresentadas, pois, os estudos que consideram esse recorte cronológico ainda não se debruçaram sobre um dos espaços de ação do projeto de centralização política e de poder de Vargas: o Nordeste. As explicações sobre o pós-30 consolidaram a perspectiva do Sul e do Sudeste do país como explicação nacional, alicerçada em uma história política que se acostumou a mencionar São Paulo e Rio de Janeiro como “a História do Brasil”.

Seguindo o raciocínio de Eric Wolf,¹⁵⁴ nesse conjunto, a história do Brasil consolidou as explicações do poder a partir dos espaços economicamente superiores e culturalmente dinamizados com seus valores e conceitos; as conexões foram perdidas e os espaços de ação social, política e econômica fora dessa hegemonia foram deixadas a margem das grandes teses explicativas do período em estudo. Utilizando o enfoque relacional de Wolf, com ênfase nas interações e nas interconexões sociais emergentes do poder e da hegemonia, o que se pode perceber é que a historiografia brasileira não esteve preocupada com tais interações, de modo que a percepção do poder e sua consequente explicação estiveram voltadas para os espaços do Sul e do Sudeste¹⁵⁵.

¹⁵³ DE DECCA, Edgard S. *O Silêncio dos vencidos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 40.

¹⁵⁴ WOLF, Eric. *Europa y La gente sin historia*. México: Fondo de cultura económica, 1994. [1987].

¹⁵⁵ Eric Wolf nasceu em Viena, posteriormente foi com a família para os Estados Unidos, precisamente a cidade de Nova York. Estudou antropologia na Universidade de Columbia. Em seus estudos, Wolf contribui para a antropologia do poder ao analisar a separação/compartimentação do saber que levou a distinções e desconexões entre a economia, a política, a sociedade e a cultura. A sua crítica consiste na percepção de que não se deve compartimentar, mas, interrelacionar e conectar as múltiplas faces da totalidade social,

Isso porque entre 1870 e 1920 a cultura política brasileira foi caracterizada pela tentativa de interpretar o Brasil em torno da dicotomia tradição/modernidade, do nacionalismo indianista de José de Alencar e Joaquim Nabuco à caracterização físico-geográfica de Euclides da Cunha; sendo assim, as construções simbólicas, com base na territorialidade teriam contribuído para fundamentar a ideia do “Brasil grande, país do futuro” descartando os territórios de poder tidos como atrasados, como foi considerado o Nordeste¹⁵⁶.

O jogo do poder desenhado, portanto, esteve voltado para a dimensionalidade totalizante do discurso dos grandes homens da história nacional, as construções teóricas pensadas pela historiografia brasileira deram conta de uma história política, cuja interpretação construiu os alicerces interpretativos da nação brasileira, pontuada, heroicizada e estatizada; os jogos do poder também foram estatizados, partiu-se do Estado. Contudo, as teses históricas da política brasileira, já mencionadas, não podem ser colocadas como ultrapassadas. Se existem novos objetos e novas perspectivas de análises históricas acerca do poder e suas interrelações e/ou conexões, elas só emergiram porque houve bases sólidas de pesquisa histórica para aquilo que estamos chamando de “nova história política”.

Sendo assim, repensar os objetos de estudo da política por outras construções teóricas não descartam a utilização das “antigas matrizes” de pensamento. Os novos espaços e suas territorialidades de poder, certamente, podem nos trazer contribuições enriquecedoras para os estudos da história política brasileira. Em se tratando do Nordeste essas perspectivas são multiplicadas na medida em que, as fontes e as culturas políticas desses espaços nos revelam um intrínseco jogo de poder, em que os discursos e as relações são mesclados

compartimentá-la falseia a realidade. Seus trabalhos discutem a América Latina de modo que algumas de suas conclusões podem ser percebidas no contexto brasileiro.

¹⁵⁶ ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. *Cultura política, identidades e representações sociais*. Recife: FJN, 1999, p. 28.

hora com o poder local, hora com o poder central. Afirmar essas que podem ser percebidas na ação dos interventores nomeados por Getúlio Vargas para os estados nordestinos:

“Logo ao chegar, consegui o milagre da unanimidade baiana. Todas as correntes se uniram contra mim [Juracy Magalhães]. O Partido autonomista, de J. J. Seabra, de Simões Filho, dos Calmon, dos Mangabeira dos Madureira de Pinho. (...) eu era, de fato, um estranho no ninho, um tenente forasteiro que ousava pisar no solo sagrado a muito presidido por santos irredutíveis e ciumentos.”¹⁵⁷ (...)

“Resolvi logo acabar com as ameaças de confisco de bens e de prisão sem justa causa, determinando o arquivamento de processo de fundo político e anunciando que ninguém sofreria represálias por ter sido, em princípio, contrário ao nosso movimento.”¹⁵⁸ (...)

“[Com a Revolução de 1932] a maioria da população baiana estava contra o movimento, não admitia lutar pela volta da hegemonia paulista. Aquela revolução tinha seus donos. Os nordestinos a chamavam de separatista.”¹⁵⁹

“Eu a nada aspiro senão cumprir os deveres do posto que me foi outorgado, principalmente nos benefícios que possa angariar para nossa terra, a que tenho procurado servir com a possível solicitude mas não poderei continuar como Ministro se a Parahyba fica em divergência com o governo de que sou auxiliar.

Você de longe labora num grande erro de interpretação quanto aos rumos da ditadura. Nós do norte só, podemos contar com Juarez. E Juarez só tem dois amigos verdadeiros entre os políticos civis do Sul: Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Só eu sinto como o primeiro procura prestigiar-o, dar-lhe forças para poder contar com o seu apoio; como o segundo com a maior ternura de amigo e a maior solidariedade de patriota, vive aqui a seu serviço. (...) São essas as figuras do governo a que não podemos negar a maior firmeza de relações porque representam a própria estabilidade de nossa causa.”¹⁶⁰

¹⁵⁷ GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 128, grifo nosso.

¹⁵⁸ Idem, p. 130.

¹⁵⁹ Idem, p. 143, grifo nosso.

¹⁶⁰ FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO. *Carta ao interventor Anthenor Navarro*.

Pelos relatos do interventor Juracy Magalhães, da Bahia e do Ministro José Américo, da Paraíba, o que podemos observar é que para além da hegemonia estatizadora do pós-30 o poder foi construído na base dos interesses dos territórios de poder. Se o governo Provisório de Getúlio Vargas buscou a centralização política com a nomeação dos interventores, ela só foi concretizada na medida em que a “nova ordem” atendeu a alguns dos interesses locais, para só então, dar sustentação ao projeto centralizador de Vargas. Na percepção do Nordeste, os rumos do pós-30 seriam concretizados de modo que fosse construído um contrapeso político frente aos interesses do centro-sul; e isso foi explícito na imprensa nordestina. De 1930 a 1935 o *Jornal do Comércio* – PE, o *Jornal A União* – PB, o *Jornal A Tarde* – BA e os *Jornais O Povo e O Ceará*, cada qual com suas especificidades, marcaram posições nesse sentido. Tal postura discursiva foi além do movimento de 1930, as bases de sustentação do poder estariam, assim, no nordeste e as elites políticas locais tomaram para si as articulações necessárias para a consolidação de Getúlio Vargas no poder.

Sendo assim, as práticas políticas foram aproveitadas de acordos com as conveniências, e por traz do discurso moralizador, a credibilidade foi resguardada por grupos bem definidos, arregimentados por Getúlio Vargas de modo a construir sua base de poder frente aos interesses paulistas. Para Vavy Pacheco:

“Para exercer o poder, os diversos grupos precisam construir legitimidade “revolucionária” e o discurso dos diferentes adversários gira, sobretudo em torno da ideia de “Revolução” e o que nela está contido. Os principais personagens dessa “Revolução” que aconteceu em outubro de 1930 são mencionados de forma genérica como “políticos”, “militares” e “povo” (...) Na verdade, falar por “São Paulo” ou pela “Revolução” significa, em termos do discurso político, determinar o destino da política, ou seja, o rumo mais geral dos conflitos sociais.”¹⁶¹

Arquivo da Fundação Casa José Américo, João Pessoa. (manuscrito, sem data).

¹⁶¹ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense,

Pela argumentação da autora, as disputas pelo legado de 1930 e seus desdobramentos assumiram a dimensão dos rumos mais gerais do que seria a “Revolução Brasileira”, e São Paulo, ou seja, o espaço mais economicamente desenvolvido deveria sugerir o modelo de organização nacional. O povo, os militares e a política poderiam ser apreciados de acordo com os arranjos dessa territorialidade de poder. Aqui residem os questionamentos desse texto: e os outros espaços de poder? Quais as relações estabelecidas com essa “nova ordem”? Quais os ajustes e interesses ficaram de fora dessa construção explicativa?

A nossa historiografia elegeu os sujeitos que falam por essas territorialidades de poder e construíram discursos na base de uma relação de poder e de dominação com graus de hegemonia complexa, em que certas ideologias predominam sobre outras e algumas idéias se sobressaem como forma de liderança cultural¹⁶².

As relações existentes entre o que, agora, podemos chamar de grupo de poder do Sul e Sudeste e os grupos de poder do Nordeste ainda estão por serem discutidas pela historiografia. A percepção do que foi rejeitado por ambos os territórios de poder ou absorvido podem nos revelar as estratégias de negociação, aproximação ou imposição na conjuntura política pós-1930. Isso porque a intenção da elite paulista, nos momentos pós-30, foi a de reconquistar o *status quo* de antes, e para isso o discurso da constitucionalização não teve outra função, senão retórica e ideologizante¹⁶³.

Indiscutivelmente, São Paulo e o sudeste como um todo se configuravam como a região mais rica do país, contudo, frente aos acontecimentos do pós-30, interessava a Vargas apoio político.

1992, p. 110.

¹⁶² SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 32-34.

¹⁶³ SARMENTO, Antonio Natanael Martins. *Urnas e baionetas: os comunistas na história política de Pernambuco 1930 – 1935*. Tese (Doutoramento). Universidade federal de Pernambuco – UFPE/ Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, 1998, p. 179-180.

A desestabilização de São Paulo e dos grupos políticos do sudeste garantiria ao presidente “golpista” a legitimidade necessária para o seu projeto de poder. Desse modo, o caráter instrumental do Estado pós-1930, em construção de 1930 a 1937, precisou ser composto com outras bases de poder, em outros territórios de dominação política.

Outras práticas, outras estratégias, outras representações e outros mecanismos de poder foram utilizados por Getúlio Vargas para construir seu apoio político necessário, na base do deslocamento regional e espacial. Essa nova conjuntura de poder trouxe para o Nordeste esse papel.

Contudo, a redimensionalidade desses jogos de poder ainda está por ser estudada. As relações políticas e as intenções do poder central frente a territórios de poder culturalmente alicerçados no poder local, ainda são descritas como complementares pela historiografia brasileira. As relações desses grupos políticos do Nordeste com os grupos políticos do Sudeste nos jogos de poder ainda se encontra por ser percebida pela historiografia.

NOVA HISTÓRIA POLÍTICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE CULTURA POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES

Faustino Teatino Cavalcante Neto¹⁶⁴

Resumo

O objetivo maior do texto que segue é o de fazer uma síntese do que vem a ser os estudos que se concentram em torno da política, mais exatamente do que se convencionou chamar de *Nova História Política*, apontando a sua emergência e as suas possibilidades de objetos de estudo, bem como problematizar e analisar dois conceitos que em muito vem sendo utilizados pelos que se lançam nesse ofício, a saber, o de *Cultura Política* e o de *Representações*.

Palavras-chave: Nova História Política. Cultura Política. Representações.

Abstract

The main objective of the text that follows is to make a synthesis of what is to be studies that focus around the policy, more accurately than is conventionally called the *New Political History*, pointing to their rescue and their potential objects study and discuss and analyze two concepts that has long been used by those who are engaging in that letter, namely, the *Cultural Policy* and *Representations*.

Keywords: New Political History. Political Culture. Representations.

Sobre a *Velha* e a *Nova História Política*

Ao longo do século XIX e início do XX, a maioria da história conhecimento produzida foi no campo da tradicional história política, que era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática¹⁶⁵. A dimensão política era então admitida

¹⁶⁴ Doutorando em História pela UFPE, orientando da Profª Drª Rosa Maria Godoy Silveira e professor substituto do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campina Grande).

¹⁶⁵ Vainfas, apesar de concordar que a maioria da produção historiográfica do século XIX foi voltada à história política tradicional, nos mostra que também existiram historiadores que